

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e onze, na Sala n.º 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Regina Maria Filomena de Luca Miki, Presidente do CGFNSP e representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNSP e representante suplente da SENASP; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça; Welington Gomes Pimenta, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Darurich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, representante suplente da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. A Presidente, após os cumprimentos de praxe, saudou e deu as boas vindas aos novos conselheiros, Dr. Welington Gomes Pimenta e Dr. Myron Moraes Pires. Em seguida, ela anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Autorização para aquisições diretas relacionadas à Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos (Dr. José Ricardo Botelho de Queiroz); 2) Autorização para aquisições diretas no âmbito do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional); 3) Apresentação do Edital de Chamamento para apresentação de Projetos (Dr. Alberto Liebling Kopittke e Dra. Isabel Seixas de Figueiredo).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, a palavra foi passada para o Dr. José Ricardo Botelho de Queiroz, que informou que a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE ainda não havia sido criada, todavia os documentos finais para a criação já estavam tramitando na Casa Civil/PR. Dito isso, foi disponibilizado aos Conselheiros a Exposição de Motivos Interministerial n.º 00123/2011/MP/MJ, de 16/06/2011 e a minuta do decreto de criação da SESGE. O Dr. Botelho informou que solicitou à SENASP que futuramente seja agendada reunião com os Conselheiros para apresentação do Plano Nacional de Segurança Pública para os Grandes Eventos, que envolve eventos como: A Rio + 20; Copa das Confederações 2013; Copa do Mundo 2014, Copa América, Jogos Olímpicos, dentre outros. O Dr. Botelho explicou que o plano estratégico do citado Plano Nacional já foi elaborado e no momento estava sendo formatado o plano tático. Ele informou que o Plano Nacional ficará muito extenso, sendo que a linha mestre dele é a integração em todos os sentidos, como: sistema de comunicação; bancos de dados, dentre outros. Após este preâmbulo, ele informou que naquele momento apresentaria somente uma pequena parte do Plano e abordou os seguintes pontos: 1) o lema: O Nosso Esporte é a sua Segurança; 2) ameaças previstas; 3) principais eixos; 4) a maneira como o Plano foi pensado; 5) o que está sendo tratado em termos de segurança no exterior; e 6) segurança e instabilidade interna. Finda a exposição, o Dr. Botelho novamente destacou que a Secretaria irá atuar sempre com base na integração, por exemplo, a própria Sede da SESGE será no Prédio Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF que está em fase final de construção. Assim sendo, foi acordado com a DPRF que a SESGE montará sua estrutura no mesmo padrão de planejamento daquele órgão e quando as atividades da SESGE encerrarem, a estrutura montada ficará como legado para o DPRF; o mesmo trato será dado ao sistema de inteligência, que ficará como legado da Agência Brasileira de Inteligência; o projeto de capacitação será estruturado pelo DEPAID/SENASP e assim, sucessivamente. Dito isso, ele explicou que futuramente serão apresentados novos projetos, contudo, a autorização para o pagamento de diárias e passagens foi solicitada antecipadamente porque existe a necessidade de deslocamento de diversas equipes técnicas para realizarem vistorias em estádios e também da SESGE trazer pessoas especialistas para Brasília para tratarem de assuntos relacionados aos grandes eventos. Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho perguntou ao Dr. Botelho se ele poderia responder as indagações feitas pelos Conselheiros durante a reunião anterior e posteriores esclarecimentos por e-mail sobre aspectos como: quais os estados e quais as pessoas participarão dos deslocamentos; onde as reuniões serão realizadas; a criação efetiva da Secretaria; o fundamento jurídico para o Conselho deliberar sobre o financiamento de diárias e

passagens pelo Fundo, dentre outros questionamentos, ponderando que na explanação feita nenhum destes aspectos foi abordado. O Dr. Botelho esclareceu o seguinte: 1) todas as instituições de segurança pública participarão das atividades; 2) as reuniões serão marcadas em todas as cidades-sede da copa e em Brasília; 3) serão trazidos: i) especialistas de diversas áreas de segurança, neste contexto foram citados diversos exemplos de trabalhos que serão desenvolvidos por estes especialistas; ii) servidores de outros estados para auxiliar nos trabalhos da SESGE e do DEPAID/SENASP; e iii) técnicos que farão as vistorias em estádios. Dito isso, o Conselheiro ponderou que foram dados vários exemplos de atividades que serão realizadas por diversos profissionais, porém ele desconhecia os projetos nos quais tais atividades estavam inseridas. O Dr. Botelho explicou que a intenção dele era explicar todos os projetos e o Plano Nacional numa outra reunião, esclarecendo que o objetivo dele naquela reunião era mostrar o que já estava sendo feito e apresentar a necessidade de deslocamento relatada. Posteriormente, seguiram-se diversas discussões e ponderações sobre: 1) as dificuldades de trabalho ocasionadas pelo atraso na criação da SESGE; 2) a lei do fundo e a demanda apresentada; 3) a explicação da planilha de cálculo para os gastos apresentados; 4) a transferência dos recursos relacionados com o pagamento de diárias e passagens para execução da Secretaria-Executiva/MJ, dentre outros. Por fim, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho declarou que não via nenhuma possibilidade jurídica do Conselho aprovar a despesa apresentada, ressaltando que qualquer discussão sobre os gastos apresentados, naquele momento, era acessória porque o principal ponto a ser verificado era se o Conselho poderia deliberar sobre a demanda apresentada. Neste momento houve a intervenção do Conselheiro Paulo Machado que anunciou a presença da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, Dra. Giselle Cibilla Silva, que estava na reunião a convite dele. Em seguida, a Presidente sintetizou para a Dra. Giselle Cibilla Silva o que estava sendo discutido na reunião. A Dra. Giselle recebeu cópias da exposição de motivos, da minuta de decreto que criará a SESGE e da Lei do Fundo. Posteriormente, ela ouviu os argumentos de alguns Conselheiros. Neste ínterim, foi sugerido que a demanda fosse formalmente apresentada pelo Colegiado à Consultoria Jurídica do MJ. A Dra. Giselle concordou com esta proposta, ponderando que este encaminhamento seria o ideal porque assim haveria tempo para a Consultoria Jurídica/MJ analisar melhor o assunto; verificar a existência de precedentes; estudar a lei do Fundo e tentar construir alguma solução. Os Conselheiros concordaram com este encaminhamento e a Presidente informou que a consultoria seria feita nos próximos dias e pediu a análise desse pedido fosse priorizada. Em razão do encaminhamento dado ao assunto, a apreciação do pleito foi suspensa.

Dando prosseguimento, a Presidente informou que antes da apresentação das aquisições diretas do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública a Servidora Andrea Fontinele Correa Viana faria uma apresentação expondo a nova sistemática de trabalho da SENASP no âmbito das aquisições diretas. A Presidente relatou que na sua gestão foi criado um setor específico que será responsável pela gerência de todos os processos de aquisições da SENASP e que a finalidade da exposição era levar ao conhecimento do Colegiado o novo modelo de trabalho e o documento que será utilizado pela SENASP na apresentação dos pedidos de aquisição direta. Com a palavra, a Servidora Andrea Fontinele informou que o modelo instituído foi denominado “Modelo de Contratação de Soluções de Segurança Pública” e inicialmente ela destacou os seguintes pontos: 1) os motivos que levaram a SENASP a instituir o modelo e criar o mencionado setor; 2) a composição da equipe de planejamento do processo e 3) os ganhos a serem alcançados com a equipe. Em seguida, ela apresentou o modelo que é composto de 03 fases: 1) Planejamento; 2) Seleção do fornecedor e 3) Gerenciamento do contrato. A servidora deu uma ênfase maior na primeira fase explicando o fluxo e o detalhando das etapas desta fase. Após, foi apresentado o Documento de Oficialização da Demanda – DOD, que é composto pelos seguintes campos: 1) identificação da área requisitante; 2) demais integrantes da equipe de trabalho da contratação; 3) objetivos estratégicos; 4) necessidade de contratação; 5) solução proposta; 6) motivação/justificativa da solução; 7) resultados a serem alcançados; 8) previsão orçamentária; 9) Assinatura da área requisitante e 10) encaminhamento da autoridade requisitante. Na seqüência, a servidora explicou e detalhou como será o preenchimento de cada um desses campos e salientou os objetivos do DOD. Finalizando, a servidora rapidamente falou sobre o Termo de Referência; fez comentários gerais sobre os ganhos que a sistemática de trabalho proporcionará; e comentou sobre o planejamento que está sendo feito para 2011 e para o próximo exercício. Em seguida, o Tenente Coronel Silvio Tucci destacou as demandas da Força Nacional, a saber: 1) compra de ração canina; 2) aquisição de dois caminhões e 3) manutenção de

aeronaves. O TC Tucci explicou que a ração canina será para alimentar cães cedidos pelos estados à Força Nacional. Foi informado que a cessão dos Estados é sempre do binômio policial-cão, isto é, são cedidos os policiais adestradores e os cães, porque estes animais só trabalham com os seus treinadores. Também foi informado que os 20 cães cedidos estão atuando nas áreas de fronteiras, auxiliando os policiais na localização de entorpecentes. Posteriormente, o TC Tucci esclareceu a média de consumo dos cães dia/mês, a quantidade a ser adquirida por meio da adesão de uma ata de registro de preço. O TC Tucci esclareceu que a pretensão foi alterada porque recentemente a Força foi informada que a Embaixada dos Estados Unidos está viabilizando a cessão de filhotes fêmeas matrizes para a Força Nacional treinar e ceder aos Estados-sedes da Copa, entretanto nas negociações ainda não ficou acertado se será 01 ou 02 cães por Estado, isto é, se serão 12 ou 24 cães. Dito isso, o TC Tucci explicou que pelo motivo noticiado a Força optou por alterar o pedido anterior, reduzindo a aquisição de ração de 12 meses para 04, uma vez que o estoque atual durará até o mês de setembro. Desta forma, nos próximos meses, será apresentado novo pedido para o exercício seguinte, no qual será solicitada a compra de ração para alimentar cães adultos e filhotes por período de um ano, porque até a conclusão do edital as negociações com a Embaixada estarão concluídas. Ante o exposto, o TC Tucci solicitou que fosse disponibilizado aos Conselheiros o novo DOD contendo a substituição relatada. Após análise do novo DOD, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho observou que apesar de ter ocorrido uma redução de 288 sacos para 84 sacos, a redução do valor foi somente de 1/3 e indagou o porquê da discrepância entre o valor inicial de cada saco e o valor atual. O TC Tucci esclareceu que a ração do segundo DOD era diferente porque continha um teor de proteínas muito maior. Dito isso, o citado conselheiro indagou porque a ração anterior continha menor teor de proteína. O TC Tucci explicou que o DOD anterior foi elaborado em abril e a pretensão de compra era por meio da adesão de ata de registro de preço da Fundação Universidade Federal/MS, contudo recentemente foi incorporada ao efetivo da Força uma policial veterinária e ela identificou que o teor de proteína constante na ata de registro de preço mencionada não era adequado aos cães utilizados pela Força. Neste contexto, foi informado que a policial estava presente na reunião que poderia prestar maiores esclarecimentos se julgado necessário. A Servidora Andrea Fontinele pediu a palavra e explicou que o DOD anterior, lamentavelmente, foi elaborado de forma incorreta porque neste período o modelo instituído ainda estava em fase de implantação, esclarecendo que não estava correto o texto inserido no campo justificativa do DOD cuja essência foi informar a adesão a uma ata de registro de preço, quando na verdade, a justificativa seria outra. Ademais, a solução a ser implementada, seja por meio de uma adesão a ata de registro de preço ou por meio da realização de um pregão é posterior ao DOD. Ante o exposto, a Presidente solicitou que a apreciação fosse suspensa para a próxima reunião e determinou que os documentos fossem revistos e que fosse juntado ao DOD o plano de trabalho, laudos e todos os documentos relativos à demanda, porque o colegiado precisa ter segurança sobre os pleitos que são apreciados. Continuando, o TC Tucci apresentou a demanda referente ao serviço de manutenção aeronáutica no helicóptero AS 350 B2 da Força Nacional, estimado em R\$ 2.320.000,00 (dois milhões trezentos e vinte mil reais). Após a exposição, o pleito foi colocado em votação e aprovado sem a necessidade de registros especiais. Por fim, foi apresentado o pedido de aquisição de 03 veículos tipo caminhão. O TC Tucci esclareceu que a Força Nacional estava solicitando a aquisição desses veículos porque não dispunha de nenhum veículo para transporte de carga e a solução emergencial que tem sido utilizada para este transporte é o uso de microônibus, removendo-se os bancos para que seja possível o transporte de armamento, colchão, barraca, isto é, coisas que são indispensáveis e importantes em operações da Força Nacional. Foi esclarecido que o Colegiado aprovou esta solicitação no ano anterior, entretanto, a licitação foi fracassada e por motivos diversos não foi adiante, porém a demanda continuou existindo, por este motivo o pedido estava novamente sendo apresentado ao Colegiado. Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho indagou se os caminhões ficariam em bases distintas da Força. O TC Tucci informou que todos os caminhões ficariam no Departamento de Suprimento da Força, que é órgão gerenciador de todo material da força, deste modo quando alguma operação se inicia, este Departamento agrega: armamento, munição, colchão, barraca e todo material necessário para que a operação aconteça. O mesmo Conselheiro indagou o porquê da descaracterização destes veículos. A Presidente informou que os caminhões serão adquiridos descaracterizados, porém, posteriormente, serão adesivados pela Força. Neste contexto, o TC Tucci informou que o caminhão escolhido era de 18.000 quilos porque eles dão mais agilidade e mobilidade, ou seja, são mais rápido e permitem tráfego em mais

locais que os caminhões de grande porte, como por exemplo, pequenas pontes, dentre outros. Findos os esclarecimentos, o pleito foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Cabe registrar que o valor orçado para os três caminhões foi de R\$ 351.850,00 (trezentos e cinquenta e um mil e oitocentos e cinquenta reais).

A Presidente, em razão do adiantado da hora, perguntou aos Conselheiros se eles tinham disponibilidade de tempo para o último item da Pauta: Apresentação do Edital de Chamamento para apresentação de Projeto, ou se gostariam de deixar este ponto, para a reunião extraordinária. Os Conselheiros propuseram que a apresentação deste ponto na próxima reunião. Em seguida, a reunião extraordinária foi marcada para o dia 08/07/2011.

Nada mais havendo para tratar, a Presidente encerrou a reunião às dezenove horas e vinte minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Regina Maria Filomena de Luca Miki
Presidente do CGFNPS

Paulo Machado
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Wellington Gomes Pimenta
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
Procuradoria-Geral da República